



NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e conforme o ponto 2.4. compreendem três partes distintas:

8.1 – Caraterização da entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
<small>(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001- 2ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 13 de Agosto de 2001 e respetivas alterações)</small>			
a)	MUNICÍPIO DE NISA		
1	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506612287		
2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município TELEFONE - TELEX / TELEFAX: Telef. 245410000; Fax: 245412799		
3	REGIME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO: Regime Geral		
4	NÚMERO DE ELEITORES		7.372
FONTE:Diário da República n.º 43 de 03/03/2010 II Série			
5	LEGISLAÇÃO (CONSTITUIÇÃO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO, QUANDO APLICÁVEL):		
6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA (ORGANOGRAMA E, QUANDO APLICÁVEL, A INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CONSULTIVA E DE FISCALIZAÇÃO):		
		Data de aprovação	Data de publicação
			Diário da República
	Estrutura Orgânica	07-12-2012	10-01-2013
	Mapa de Pessoal	25-10-2016	
	Reestruturação de serviços	07-12-2012	10-01-2013
			nº 07 - II série
7	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES: No âmbito da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro		
8	RECURSOS HUMANOS - IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIRECÇÃO DA ENTIDADE:		
	Mandato 18-10-2013 a 22-10-2017	Mandato 23-10-2017 a 2021	
	Presidente: Maria Idalina Alves Trindade	Presidente: Maria Idalina Alves Trindade	
	Vereadores:	Vereadores:	
	Francisco Batista de Sena Cardoso	António José Parreira Dinis	
	Vitor Manuel Tavares Martins	Maria da Conceição Pestana Serra	
	Maria de Fátima Semedo Dias	Vitor Manuel Tavares Martins	
	José Dinis Moura Semedo	Maria de Fátima Semedo Dias	
	RESUMO (Nº DE MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO):		
	Em Regime de Permanência		3
	A meio tempo		0
	Outros		2
	OBSERVAÇÕES:		
	<small>a) - Identificação da entidade.</small>		
	<small>b) - Ano a que reporta a gerência em apreciação.</small>		

Handwritten signatures and initials in blue ink.



9 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMÁTICO UTILIZADO/EXISTENTE; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES, QUANDO EXISTIREM; EXISTÊNCIA OU NÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
E, EM CASO AFIRMATIVO, BREVE DESCRIÇÃO DO SISTEMA UTILIZADO E DO MODO DE ARTICULAÇÃO COM A CONTABILIDADE CENTRAL:
 A contabilidade do Município de Nisa está organizada segundo os princípios e normas Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro), utilizando-se software adquirido à empresa AIRC em toda a área financeira (Armazém, Património, Tesouraria, Receita e Contabilidade). Não houve demonstrações financeiras intervalares nem há descentralização contabilística.

10 INDICADORES DE GESTÃO:

Fundo de Equilíbrio Financeiro (c)	6.617.945,00 €
Fundo Social Municipal (c)	119.077,00 €
Participação Fixa no IRS (c)	94.754,00 €
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	9.073.169,30 €
Despesas de investimentos no ano anterior ao da gerência em apreciação	1.024.535,36 €
Despesas com Pessoal do Quadro (c)	2.754.504,35 €
Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação (c)	340.372,50 €
Dívidas a Receber de Terceiros (c)	773.240,77 €

11 ACÇÕES INSPECTIVAS:
 Identificação das acções inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na Gerência e nos 3 anos anteriores:
 Data da acção 19-08-2013 a 19-12-2013 Período abrangido 2010-2012 Entidade IGF Nº Proc. 2013/182/A3/1142
 Data da acção _____ Período abrangido _____ Entidade _____ Nº Proc. _____

12 INDICAÇÃO DA QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS RESULTANTES DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS EM QUE A ENTIDADE PARTICIPE E OU EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

DESIGNAÇÃO:	UN.EUROS

13 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:
 A Entidade tem Serviços Municipalizados? S N
 Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

14 REGULAMENTOS / DIRECTIVAS INTERNAS:
 A Entidade tem regulamentos / directivas internas relativos às áreas contabilística, financeira e de controlo interno? S N
 Se respondeu sim, especifique quais e indique, no caso de recurso a empresas de consultadoria ou auditoria, as áreas de actuação abrangidas: Norma de Controlo Interno e Regulamento de Fundo de Maneio.

15 DOCUMENTOS DE GESTÃO:

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	30 de outubro de 2015	11 de dezembro de 2015	GOPs de 2016 corrigidas
Orçamento	30 de outubro de 2015	11 de dezembro de 2015	Orçamento de 2016 corrigido
Documentos de Prestações de Contas			

16 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE:

Em _____ de _____ de 2017

O Responsável pelos Serviços (d)



8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8.2 do POCAL, relativamente ao modelo estabelecido.

8.2.1 – Derrogação de Disposições Legais do POCAL:

Não foram derogadas as disposições previstas no POCAL, em termos de princípios contabilísticos, de critérios de valorimetria e quaisquer regras e métodos preconizados pelo referido Plano Oficial de Contas Autárquico.

8.2.2. - Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Balanço

No ano de 2017 procedeu-se a correções contabilísticas relacionadas com enquadramento inicial contabilístico de alguns bens, pelo que se alteraram as contas de diversos bens que se encontravam na 45 (domínio público) e passaram para as contas 42 (domínio privado), em cerca de 10.000.000€.

Foi amortizado o valor de 447.703€ em 8 empréstimos de médio e longo, designadamente, Rede de águas 2ª fase, construção complexo turístico do Rio Tejo 2ª fase, Recuperação e ampliação da ETAR de Tolosa, Ordenamento do Largo da devesa e áreas envolventes em Alpalhão, Reparação EM 526 Nisa, Pé da Serra, Salavessa, CM 1138 IP2 Comenda, Remodelação e ampliação da Escola de Nisa e Requalificação da Praça da Republica 2ª fase.

Por ter havido alteração da posição contratual do investimento da Construção do Centro de Saúde em Nisa, regularizou-se o proveito diferido que tinha sido reconhecido inicialmente, no valor de 966.000€.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados:

As demonstrações financeiras do Município de Nisa foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição ou de realização e as unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal estão de acordo com a Lei 53/2014 de 25 agosto.

O Imobilizado em Curso encontra-se registado pelo valor dos autos e outros custos de construção apurados, incluindo mão-de-obra, máquinas e outros custos.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.



Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei. Em 2017 procedeu-se à alteração da taxa de amortização, anual para mensal.

Os ativos corpóreos objeto de financiamento externo, quando concluídos são amortizados e o custo dessa amortização é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização dos financiamentos (registadas em acréscimos e diferimentos – subsídios ao investimento). Iniciou-se em 2017 o registo de alguns contratos de investimento na aplicação SIC, sendo os diferimentos dos proveitos, processados mensalmente.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou a depreciamento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

Os terrenos e os bens do património histórico, artístico e cultural não são amortizáveis.

Existências

As existências, compostas por mercadorias, matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, conforme o ponto 4.2 do POCAL, valor que inclui todas as despesas com as compras até à entrada em armazém. Como sistema de custeio das saídas é utilizado o custo médio ponderado.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo detidas pelo Município em 31/12/2017 incluem, nomeadamente, materiais e artigos utilizados na construção e manutenção da rede de águas e de saneamento, peças e acessórios destinados a utilizar na reparação de viaturas e equipamento e diverso material de economato, bem como diversos artigos de consumo corrente.

Procedeu-se a uma avaliação de todos os bens existentes em armazém que resultou num processo de abate por deficiência ou obsolência, em cerca de 120.000€

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões

As dívidas de terceiros encontram-se ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões, conforme o disposto no ponto 2.7.1 do POCAL. Foi efetuado um reforço da provisão no valor de 59.722,72€ para cobrança duvidosa.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira. Os depósitos em Instituições Financeiras correspondem aos saldos registados nas contas correntes da autarquia com as instituições e no resumo diário de tesouraria. As divergências verificadas entre os saldos dessas contas e extratos bancários foram reconciliados, conforme mapa síntese de reconciliação bancária, que faz parte integrante da prestação de contas.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.



Subsídio para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados foram, contabilizados conforme as orientações do SATAPOCAL (subsídios/transferências para investimentos das autarquias locais).

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. - Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira:

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira. Permanece a diferença proveniente de saldos iniciais (2002), no saldo da gerência seguinte, devido à conversão em euros, entre o mapa de fluxos de caixa e o do Resumo Diário de Tesouraria, no valor de 0,14€, sendo 0,13€ na orçamental e 0,01€ em operações de tesouraria.

8.2.5. - Situações em que o resultado líquido foi afetado:

Por valorimetrias diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superior às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»:

Na sequência de várias atualizações que se fez ao inventário, abateram-se bens na conta 431 no valor de 181.366,66€ e na conta 432 no valor de 64.823€, por se encontrarem obsoletos.

8.2.7 e 8.2.8 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas:

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto – Anexo I

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões – Anexo II

No final do ano de 2017, encontram-se inventariados 13.777 bens, distribuídos da seguinte forma:

Partes de Capital

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL	DESIGNAÇÃO	Nº DE BENS
411	Partes de Capital	5
412	Obrigações e títulos de participação	1
TOTAL		6

Bens Móveis

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL	DESIGNAÇÃO	Nº DE BENS
423	Equipamento básico	6.857
424	Equipamento de Transporte	82
425	Ferramentas e Utensílios	494
426	Equipamento Administrativo	4.642
427	Taras e vasilhames	3
429	Outras Imobilizações corpóreas	562



CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL	DESIGNAÇÃO	Nº DE BENS
431	Despesas de instalação	4
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	5
433	Propriedade industrial e outros direitos	84
455	Património Histórico, Artístico e Cultural	64
TOTAL		12.797

Bens Imóveis

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL	DESIGNAÇÃO	Nº DE BENS
414	Investimentos em Imóveis	3
421	Terrenos e Recursos Naturais	229
422	Edifícios e Outras construções	211
451	Terrenos e Recursos Naturais	1
452	Edifícios / Bens de Domínio Público	0
453	Outras Construções e Infraestruturas	511
459	Outros Bens do Domínio Público	19
TOTAL		974

Os Bens atrás referidos encontram-se em detalhe, no Anexo III - Mapa síntese dos bens inventariados F4.

Os bens inventariados e abatidos em 2017 foram os que a seguir se indicam:

Classificação Patrimonial	Designação	Bens abatidos 2017	Bens registados em 2017
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
411	Partes de Capital	0	0
412	Obrigações e títulos de participação	0	0
414	Investimentos em Imóveis	0	0
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
421	Terrenos	3	50
422	Edifícios e outras construções	0	6
423	Equipamento básico	84	67
424	Equipamento de transporte	0	7
425	Ferramentas e utensílios	111	12
426	Equipamento administrativo	194	44
427	Taras e vasilhames	2	0
429	Outras imobilizações corpóreas	13	47
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			
431	Despesas de instalação	14	0
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	1	0
433	Propriedade Industrial e outros direitos	106	9

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]



Classificação Patrimonial	Designação	Bens abatidos 2017	Bens registados em 2017
BENS DO DOMINIO PÚBLICO			
451	Terrenos e Recursos Naturais	0	0
452	Edifícios	0	0
453	Outras construções e infraestruturas	0	6
455	Património Histórico, Artístico e Cultural	0	7
459	Outros bens do domínio público	0	1
TOTAL		528	256

No exercício económico de 2017, foram transferidos do Imobilizado em Curso para Bens de Domínio Público e Imobilizado Corpóreo, bens no total de 1.568.216€, referente a obras concluídas, designadamente, Centro Interpretativo do Conhal, caminho pedonal do trilho da mina de ouro no Conhal, caminho de acesso ao cais do Tejo nas portas de Rodão, Ruas no Monte do Arneiro e Duque, iluminação das muralhas e torre do relógio em Nisa, requalificação da urbanização da Cevadeira em Nisa, pavimentação da azinhaga santo Menino em Nisa, monumento do emigrante em Nisa, arranjo paisagístico dos Largos Cruzeiro e calvário em Alpalhão, entrada norte de Alpalhão, entrada/passeio oeste em Alpalhão, reabilitação Mercado Municipal de Tolosa, requalificação das ruas em Tolosa (rua Prof Mourato trindade e rua de São Pedro), pavimentação da Rua contigua á rua da Corredoura em Montalvão, Em 359 ligação Nisa / Montalvão, Rua da costa na Velada e o Menir.

8.2.9. - Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício:

Não aplicável.

8.2.10. - Reavaliação de bens:

Não aplicável.

8.2.11. - Mapa de reavaliação de bens:

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso:

Imobilização em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, comodato e protocolos com Freguesias, em conformidade com o estabelecido no presente diploma

Imobilizações por contrato de concessão:

CLASSF PATR.	N.º DO BEM	DESIGNAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR PATRIMONIAL
422	778	Posto de Transformação – EE Tolosa (S. Gens)	0 €	0 €
422	779	Posto de Transformação – EE Tolosa (Fadagosa)	0 €	0 €
422	780	Posto de Transformação – EE Arez	0 €	0 €
422	781	Posto de Transformação – EE Sto. António	2.819,86 €	0 €
422	782	Posto de Transformação – EE Salavessa	0 €	0 €
422	783	Posto de Transformação – EE Galeana	0 €	0 €
422	784	Posto de Transformação – EE Fonte do Cego	0 €	0 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CLASSF PATR.	N.º DO BEM	DESIGNAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR PATRIMONIAL
422	785	Posto de Transformação – EE Alpalhão	0 €	0 €
422	786	Posto de Transformação – EE Falagueira	0 €	0 €
422	796	Iluminação Pública de Nisa	229.506,80 €	232.766,62 €
422	797	Iluminação Pública de Alpalhão	80.004,90 €	53.974,49 €
422	798	Iluminação Pública de Tolosa	63.066,54 €	42.203,59 €
422	799	Iluminação Pública de Montalvão	23.823,04 €	13.740,83 €
422	800	Iluminação Pública de Amieira do Tejo	66.026,33 €	14.668,52 €
422	801	Iluminação Pública de Arez	7.781,45 €	11.368,32 €
422	802	Iluminação Pública de Vila Flor	1.191,70 €	1.869,46 €
422	803	Iluminação Pública de Cacheiro	9.058,21 €	14.000,90 €
422	804	Iluminação Pública de Falagueira	3.280,00 €	5.145,44 €
422	805	Iluminação Pública de Monte Claro	20.437,34€	9.802,19 €
422	806	Iluminação Pública de Monte do Arneiro e Duque	8.780,24€	13.772,92 €
422	807	Iluminação Pública de Monte do Pardo	4.335,59€	6.801,23 €
422	808	Iluminação Pública de Pé da Serra	5.856,60€	9.186,96 €
422	809	Iluminação Pública de Velada	2.753,20 €	4.318,64 €
422	810	Iluminação Pública de Salavessa	17.480,74€	4.842,81 €
422	811	Iluminação Pública de Chão da Velha	2.426,44 €	3.806,32 €
422	812	Iluminação Pública de Albarrol	1.078,37 €	1.691,41 €
422	813	Iluminação Pública de Montes Matos	1.237,16 €	1.940,68 €
422	814	Iluminação Pública de Vinagra	6.417,81 €	8.852,10 €
422	815	Iluminação dos Monumentos e Igrejas	395,00 €	2.572,19 €
TOTAL			557.317,04€	457.325,62€



Imobilizações por comodato ou protocolo com as Freguesias

C. Pat.	Nº Bem	Descrição	V. Actual	Valor Patrimonial
4221	2	Mercado Municipal de Alpalhão (a)	12.878,28 €	20.201,32 €
421	205	Terreno Subjacente ao Mercado Municipal de Alpalhão (a)	6.733,77 €	6.733,77 €
4221	70	Mercado Municipal de Montalvão (a)	9.217,79 €	14.181,32 €
421	185	Terreno Subjacente ao Mercado Municipal de Montalvão (a)	4.727,11 €	4.727,11 €
4221	154	Mercado Municipal de Tolosa (a)	127.634,61 €	17.208,53 €
421	827	Terreno Subjacente ao Mercado Municipal de Tolosa (a)	5.736,17 €	5.736,17 €
4221	38	Edifício Junta de Freguesia do Espírito Santo (a)	886,22 €	1.575,70 €
421	167	Terreno Subjacente Edifício Junta de Freguesia do Espírito Santo (a)	374,10 €	374,10 €
4221	129	Escola Primária de Chão da Velha (a)	- €	228,02 €
421	262	Terreno sbjacente Escola Primária de Chão da Velha (a)	49,88 €	49,88 €
4221	4	Edifício Junta de Freguesia de Alpalhão (a)	6.072,70 €	139,92 €
421	206	Terreno Subjacente Edifício Junta de Freguesia de Alpalhão (a)	46,64 €	46,64 €
4221	10	Jardim Escola de Alpalhão *	48.357,51 €	13.503,44 €
421	261	Terreno subjacente ao Jardim Escola de Alpalhão *	4.501,15 €	4.501,15 €
421	1	Terreno Subjacente á fossa Séptica de Alpalhão (a)	2.992,79 €	2.992,79 €
4221	58	Matadouro Municipal de Nisa *1	5.322,60 €	2.052,19 €
421	182	Terreno Subjacente ao Matadouro Municipal *1	684,06 €	684,06 €
4221	88	Prédio Urbano Casa de habitação *2	58.730,88 €	561,15 €
421	197	Terreno Subjacente á Casa de habitação *2	187,05 €	187,05 €
4221	27	Prédio Urbano destinado ao Centro de Dia de Arez *3	- €	163,24 €
421	103	Terreno Subjacente ao Prédio do Centro de Dia de Arez *3	54,41 €	54,41 €
4221	128	Escola Primária da Velada *4	- €	228,02 €
421	828	Terreno Subjacente á Escola Primária da Velada *4	49,88 €	49,88 €
4221	202	Prédio Urbano para o núcleo Museológico de Montalvão - Forno *5	25.255,66 €	2.244,59 €
421	196	Terreno Subjacente ao imóvel nucleo Museológico de Montalvão *5	748,20 €	748,20 €
4221	187	Escola Primária de Motalvão *6	9.432,80 €	14.796,32 €
421	256	Terreno Subjacente Escola Primária de Montalvão *6	61,73 €	61,73 €
4221	820	Prédio urbano sito na Rua da Cadeia Velha*7	65.841,35 €	82.301,66 €
421	821	Terreno Subjacente ao prédio urbano na Rua da Cadeia Velha*7	27.433,88 €	27.433,88 €
4221	19	Escola Primária de Amieira do Tejo*8	14.020,74 €	20.393,70 €
421	253	Terreno Subjacente Escola Primária de Amieira do Tejo*8	6.797,90 €	6.797,90 €
4221	30	Escola Primária de Arez*9	192.059,24 €	4.017,57 €
421	255	Terreno Subjacente Escola Primária de Arez*9	1.339,19 €	1.339,19 €
4221	188	Garagem de recolha de viaturas e Armazém Municipal*10	1.000,24 €	2.618,69 €
421	226	Terreno subjacente Garagem de recolha de viaturas e Armazém Municipal*10	872,90 €	872,90 €
4221	143	Escola Primária de Pê da Serra (Centro de Dia e Junta de Freguesia de S. Simão)*11	4.185,70 €	4.312,71 €
421	259	Terreno subjacente à Escola Primária de Pê da Serra*11	1.437,57 €	1.437,57 €
4221	181	Escola do Monte Claro (Centro de Dia)*12	239.829,65 €	33.668,86 €
421	263	Terreno subjacente à Escola do Monte Claro (Centro de Dia)*12	11.222,95 €	11.222,95 €
4221	95	Escola Primária de Nisa*13 *14 *15	468.273,81 €	3.420,32 €
421		Terreno subjacente à Escola Primária de Nisa*13 *14*15	210,69 €	210,69 €
4221	37	Mercado Municipal de Nisa *16	393.891,79 €	786,32 €
421	166	Terreno subjacente ao Mercado Municipal de Nisa *16	266,84 €	266,84 €
4221	73	Escola Primária da Salavessa *17	30.727,70 €	2.115,55 €
421	257	Terreno subjacente à Escola Primária da Salavessa *17	705,18 €	705,18 €
		TOTAL	1.790.853,31 €	317.953,18 €

(a) Edifícios cedido sem contrato de comodato

(*) - Contrato de Comodato (Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão) de 08/06/2006

(*1) - Contrato de Comodato (Sociedade Columbófila Nisense) de 12/06/2007

(*2) - Contrato de Comodato (Sra. Maria Dinis Pereira) de 29/11/2007, termo em 07/03/2017

(*3) - Contrato de Comodato (Santa Casa da Misericórdia de Arez) de 15/07/2009

(*4) - Contrato de Comodato (ALENTERRA - Clube de Actividades de ar livre do Alto Alentejo) de 28/10/2009

(*5) - Contrato de Comodato (Junta de Freguesia de Montalvão) de 10/03/2009

(*6) - Contrato de Comodato (Associação Vamos à Vila) de 02/11/2015 (ala esquerda do edifício)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



- (*7) - Contrato de Comodato (Júlio Quaresma de Deus) de 08/07/20015
 (*8) - Contrato de Comodato (Associação de Caça e Pesca de Amieira do Tejo e Arez e Associação de Caçadores Ladeiras do Tejo) de 21-07-2011
 (*9) - Contrato de Comodato (ACESA - Associação da Cultura e Saberes de Arez e Associação Sócio Cultural de Arez) - 29-07-2011
 (*10) - Contrato de Comodato (APILEGRE - Associação de Apicultores do Nordeste Alentejano) - 24-10-2011
 (*11) - Contrato de Comodato (Centro de Dia de Pé da Serra e Junta Freguesia de S. Simão) de 08-08-2008
 (*12) - Contrato de Comodato (Centro de Dia do monte Claro) de 25-09-2007
 (*13) - Contrato de Comodato - Refeitório da escola (Sociedade Musical Nisense) de 27-01-2016
 (*14) - Contrato de Comodato - uma sala (Grupo Bombos de Nisa) de 11-07-2016
 (*15) - Contrato de Comodato - uma sala (Rancho Típico das Cantarinhas de Nisa) 16-12-2016
 (*16) - Contrato de comodato - uma sala (Maria Dinis Pereira) - 07-03-2017
 (*17) - Contrato de Comodato (Comissão de Festas da Salavessa) - 29-03-2017)

Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

N.º DO BEM	DESIGNAÇÃO	VALOR ACTUAL	VALOR PATRIMONIAL
148	Sobreiro	1,51€	1,51€
138	Estação elevatória de águas p/abastecimento do Monte Claro e Falagueira	8.379,79€	11.971,15€
892	Heliporto de Nisa	138.360,59€	138.360,59€
926	Casa de Apoio ao Heliporto	56.672,15€	94.453,63€
963	Campo de jogos – piso sintético	176.987,42€	196.652,74€
TOTAL		380.401,46€	441.439,62€

Imobilizações reversíveis

Não existem imobilizações reversíveis.

Custos financeiros capitalizados nestas imobilizações corpóreas e em curso

Não existem.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira:

No imobilizado do Município não existem bens em regime de locação financeira

8.2.14. - Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar:

Os bens inventariados a custo zero correspondem a elementos do imobilizado corpóreo e alguns de data inferior ao balanço inicial, não tendo sido possível valorizá-los quer pelo preço de aquisição quer por avaliação e encontram-se indicados no Anexo IV.

8.2.15 – Bens de domínio público não amortizáveis:

Terrenos e recursos naturais, espaços verdes, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de amortização.

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.



8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

A autarquia detém participações de capital nas entidades, conforme Anexo V e participação em entidades não societárias, Anexo VI.

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria:

A autarquia subscreveu unidades de participação, por força da Lei 53/2014 de 25 agosto, conforme Anexo VII.

8.2.18. Outras aplicações Financeiras:

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculado de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado:

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor:

Não aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Conta	Tipo	Saldo inicial 01/01/2017	Aumentos / Diminuições	Saldo final 31/12/2017
21811	Clientes de cobrança duvidosa por entidades	151.195,87	-30,95	151.226,82
21812070108	Mercadorias (Água)	118.333,02	43.511,85	161.844,87
2181207020701	Refeições	4.309,92	994,26	5.304,18
218120702080401	Piscina Coberta - Regime Aulas	343,47	393,48	736,95
218120702080499	Outros (Pavilhão)	681,42	27,60	709,02
218120702090102	Conservação saneamento - águas residuais	23.758,57	8.018,25	31.776,82
2181207020902	Resíduos sólidos	24.210,07	8.132,29	32.342,36
218120702090499	Trabalhos particulares - outros	176,10	229,66	405,76
218120702090601	Mercado Lojas	1.018,62	-132,44	886,18
21812070301	Renda (Cevadeira/ZAE)	3.059,69	982,60	4.042,29



Conta	Tipo	Saldo inicial 01/01/2017	Aumentos / Diminuições	Saldo final 31/12/2017
21812070302	Renda / Termas	4.428,00	0,00	4.428,00
2181207020199	Aluguer de espaços	500,08	-250,08	250,00
2181207039902	Maquinaria e equipamento/Aluguer de Viaturas	2.095,14	-541,34	1.553,80
	Total	334.109,97	61.397,08	395.507,05

8.2.23 – Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local:

Não aplicável.

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia:

Não aplicável.

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos:

Não aplicável.

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança:

Durante o ano de 2017 foram regularizadas algumas situações de garantias. Das regularizações efetuadas e dos movimentos anuais resulta o mapa Anexo VIII

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução / Utilização	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00			0,00
2911 Provisões - cobrança duvidosa de Clientes	314.609,49	59.722,72		374.332,21
2912 Provisões - cobrança duvidosa Outros Devedores	242.374,11			242.374,11
2921 Processos judiciais em curso	376.798,15		166.235,86	210.562,29
2928 Outros riscos e encargos	29.932,33		29.932,33	0,00
392 Mercadorias	420,35	0,01		420,36
396 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	150.685,63		102.596,74	48.088,89
491 Partes de capital	0,00			0,00

Nos processos judiciais em curso, registaram-se 2 novos processos, Proc.º 120/17 no valor de 175.000€ e sobre o qual se constituiu provisão no valor de 25.000€ e o Proc.º 354/17 no valor de 30.000,01€, aguardando mais evolução do processo antes de constituição de provisões. Também se reduziu para 20.000€ a provisão existente no Proc.º 105/12.



8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial»:

Durante o exercício ocorreram os seguintes movimentos nas contas da classe 5 – Fundo patrimonial, conforme mapa em baixo:

Conta	Saldo Inicial	Movimento Exercício		Saldo Final
		Débito	Crédito	
51 - Património	29.237.517,69		147.960,00	29.385.477,69
571 – Reservas Legais	116.135,39			116.135,39
574 – Reservas Livres	1.491.262,12			1.491.262,12
575 - Subsídios	1.434.312,20		20.910,00	1.455.222,20
576 – Doações	802.238,66			802.238,66
Transição Resultados positivos 2016			1.275.886,32	
59 – Resultados Transitados	-3.737.726,84		41.616,56	-2.420.223,96

A conta Património foi movimentada por se ter detectado um bem, prédio urbano que integrou a área da Zona Industrial e que não foi registado no Balanço Inicial.

Na conta Subsídios regularizou-se o subsídio associado à candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Nos Resultados Transitados regularizaram-se os subsídios para investimento diferidos, referentes ao Centro Cultural de Alpalhão, Rede viária e Terminal Rodoviário, por terem ocorrido em exercícios anteriores.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	18.701,28	326.476,04
Compras	369.274,08	237.250,16
Regularização de existências	-8.622,80	-124.797,61
Existências finais	14.421,19	276.033,56
Custos no exercício	364.931,37	162.895,03

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção:

Não aplicável.



8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros:

Demonstração de Resultados Financeiros			
CUSTOS E PERDAS	Exercício		
	2017	2016	2015
681. Juros Suportados	8.901,08	24.221,97	61.355,16
683. Amortizações Investimentos em Imóveis	6.254,40	6.254,40	6.254,40
684. Provisões para Aplicações Financeiras	16,25		
688. Outros Custos e Perdas Financeiros	2.182,13	2.566,75	1.725,53
Resultados Financeiros	382.354,08	361.899,53	343.164,24
Total...	399.707,94	394.942,65	412.499,33
PROVEITOS E GANHOS	Exercício		
	2017	2016	2015
781. Juros Obtidos	68,73	238,42	581,53
783. Rendimentos de Imóveis	399.639,21	394.704,23	394.871,72
784. Rendimentos Participações de Capital			11.999,30
788. Outros proveitos e ganhos financeiros			5.046,78
Total...	399.707,94	394.942,65	412.499,33

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários:

Demonstração de Resultados Extraordinários			
CUSTOS E PERDAS	Exercício		
	2017	2016	2015
691. Transferências de capital concedidas	37.000,00	7.500,00	17.500,00
692. Dívidas Incobráveis			
693. Perdas em existências	120.805,75		183,62
694. Perdas em imobilizações	262.904,77	31.980,00	21.358,47
695. Multas e penalidades		3.570,74	
696. Aumentos de amortizações e de provisões	0,01	8.526,25	
697. Correções Relativas a Exercíc. Anteriores	12.531,13		6.550,91
698. Outros Custos e Perdas Extraordinários	81.343,27		28.793,23
Resultados Extraordinários	899.942,63	1.138.993,68	966.710,50
Total...	1.414.527,56	1.190.570,67	1.041.096,73
PROVEITOS E GANHOS	Exercício		
	2017	2016	2015
791. Restituições de impostos			
793. Ganhos em existências		172,31	261,55
794. Ganhos em Imobilizações		27.397,00	
795. Benefícios de Penalizações Contratuais	4.553,98	9.192,60	14.993,71
796. Reduções Amortizações Provisões	298.764,93	341.840,03	58.723,80
797. Correções Relativas Exercícios Anteriores	256.642,47	11.195,55	2.599,86
798. Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário	855.264,52	800.773,18	964.517,81
799. Anulações	-698,34		
Total...	1.414.527,56	1.190.570,67	1.041.096,73